



Número: **0802120-20.2017.8.15.0381**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Itabaiana**

Última distribuição : **26/12/2017**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GEANGELO RAFAEL VIANA (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11966375	26/12/2017 12:47	Petição Inicial	Petição Inicial
11966376	26/12/2017 12:47	Geangelo Rafael Viana	Outros Documentos
11966392	26/12/2017 12:47	Procuração-otimizado 1	Procuração
11966397	26/12/2017 12:47	Sinistro-otimizado 1	Documento de Comprovação
11966398	26/12/2017 12:47	Sinistro-otimizado 2	Documento de Comprovação
12248333	25/01/2018 19:01	Despacho	Despacho
20981203	07/05/2019 10:34	Carta Devolvida	Outros Documentos
20981205	07/05/2019 10:34	AR - 0802120-20.2017.8.15.0381	Aviso de Recebimento
29206025	17/03/2020 22:20	Petição	Petição
29206027	17/03/2020 22:20	REQUERIMENTO PARA CITAÇÃO	Outros Documentos
30197915	28/04/2020 08:18	Certidão	Certidão

Em anexo.



SARAIVA & ASSOCIADOS

Assessoria Jurídica

E-mail: balbinoscg@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DE UMA DAS
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE ITABAIANA, ESTADO DA PARAÍBA.**

GEANGÊLO RAFAEL VIANA, brasileiro (a), solteiro, operador de costura, inscrito (a) no CPF sob nº 069.427.404-62 e do RG nº 3164909, podendo ser intimado (a) no (a) Sítio Linda Flor, Zona Rural de Itabaiana, Estado da Paraíba, Tel.: (83) 9.8123-5336, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional sito à Avenida Floriano Peixoto, 4510, Malvinas, Campina Grande, PB, propor a presente

ACÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.

*Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Av. Treze de Maio, 74, 2º andar, Condomínio Edifício Darke, Centro - Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-902, expondo e requerendo ao final o seguinte:*

I. PRELIMINARMENTE

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

*Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em*

SARAIVA & ASSOCIADO - I.O



custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

DA COMPETÊNCIA

A parte demandante fez a escolha deste foro, tendo em vista o domicílio do autor e com base na Súmula 540 do STJ:

“Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu”. (grifos nossos)

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Diante do novo artigo 319, inciso VII e artigo 334, §5º do CPC, vem à parte autora expor que não tem interesse em participar, neste primeiro momento, da audiência de conciliação e mediação antes da realização da perícia médica, pois a Lei que regulamenta o Seguro DPVAT impõe a necessidade dela para quantificar o grau da lesão e, conseqüentemente, verificar se a parte autora tem algum valor a receber ou não. Após isso, é que a Seguradora ré será capaz de ofertar possível proposta ou o MM. Juiz julgar.

Assim, com base nas explicações acima e no artigo 334, §5º do CPC, a parte autora não tem interesse na autocomposição nesta fase do processo.

II. DOS FATOS

O autor foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 24 de janeiro de 2017, por volta das 00h10min, quando trafegava em sua motocicleta tipo Honda NXR 160 BROS ESD, de placa QFT-4267, pela Rodovia PB 054 e em dado momento fora surpreendido por um animal que atravessou a via, vindo a colidir com o mesmo, causando um forte impacto, vindo o requerente a cair bruscamente ao solo, sofrendo diversas lesões pelo corpo, sendo socorrido para o Hospital Regional de Itabaiana – Paraíba, mas devido as gravidades das lesões, foi transferido para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, em Campina Grande – Paraíba, conforme certidão de ocorrência policial, em anexo.



O requerente foi submetido às intervenções médicas, devido às fraturas, **cuj**
o dano corporal repercute na funcionalidade do pé esquerdo, dentre outras complicações físicas,
sendo necessário tratamento medicamentoso, CONFORME PRONTUARIO MEDICO, em anexo.

*Em atendimento ao entendimento do STJ, quando a obrigatoriedade de ser
requerido via administrativo o Seguro DPVAT esclarece que demandou via administrativa o processo
do Seguro DPVAT, tento remetido seu processo para **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA
S/A**, conforme Registro de Sinistro sob o nº **3170/154432**, em anexo, onde coube a esta empresa
regular o pedido, entretanto por fatos totalmente nebulosos a seguradora **NEGOU** o pagamento da
indenização conforme documentos em anexo.*

O fato é que não foram demonstrados os motivos da negativa a parte não tem
acesso ao processo administrativo, os dados, critérios meios da avaliação do processo os meios pelo
qual, chegou a seguradora ré a negar o pagamento da indenização. Inexiste transparência, meios lícitos,
que possa aquilatar a posição da autarquia.

Outro fato preponderante é que não existe qualquer esfera recursal que
possibilite ao beneficiário, recorrer, administrativamente da decisão da Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT.

A indenização deve atingir o valor correspondente ao percentual de 70%
(setenta por cento) do valor total do seguro, haja vista a **“perda anatômica e/ou funcional completa
de um dos pés”**, tal valor corresponde à **R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais)**,
acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da data do evento danoso.

III. DO DIREITO.

1. SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO.

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra
pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei
8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a utilizar a tabela contida em seu
anexo para quantificar o valor da indenização devida, conforme o grau de invalidez apresentado.



Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da quantia de **R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais)** em razão da debilidade apresentada, acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009).

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008, está em vigor a tabela constante no anexo à Lei 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar a até R\$ 13.500,00.

Contudo, diante da situação sócio-cultural em que está inserida a parte demandante, e pela incapacidade apresentada pelo mesmo (**perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés**), forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, do disposto no art. 436 do CPC, para que se reconheça a incapacidade parcial do demandante como sendo total:

Art. 436. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.

Portanto, requer a V. Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante, a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo.

IV. DO REQUERIMENTO

PELO EXPOSTO, requer a V. Exa., o seguinte:

- 1) Seja citada a ré na forma do artigo 319 e seguintes do CPC, com a observação do não interesse na audiência de conciliação e mediação, bem como com as suas



devidas observações e consequências no endereço indicado nesta peça vestibular, nas pessoas de seus representantes legais;

2) Condenar a ré ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, no percentual de **50% (cinquenta por cento) do valor total do seguro DPVAT**, visto que o **Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz jus a receber o valor corresponde à R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais), acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar do evento danoso;**

3) Requer a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor, por ser parte hipossuficiente desta relação.

4) Requer que Vossa Excelência conceda os benefícios da justiça gratuita, considerando que a parte autora não pode arcar com as custas e demais despesas processuais. Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

5) Determine-se a Seguradora promovida que junte aos autos toda a documentação acostada ao pedido na via administrativa, inclusive a certidão de ocorrência policial e o Prontuário Médico;

6) Em especial e indispensável, requer que seja realizada a PROVA PERICIAL, para averiguar o grau das lesões da parte autora, através de perícia traumatológica, tendo os seguintes quesitos para serem respondidos pelo perito:

a) *Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na Petição Inicial?*

b) *As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial?*

c) *Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporária ou permanente e o percentual)?*

d) *Resultou debilidade permanente de membro? Resultou deformidade permanente?*



7) *Requer a condenação em honorários advocatícios na importância de 20% (vinte por cento).*

8) *Julgar totalmente procedentes as pretensões da parte Demandante acima pleiteada, por ser da mais inteira JUSTIÇA.*

Dar-se à presente o valor de **R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Itabaiana – Paraíba, aos 26 de dezembro de 2017.

Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira

OAB/PB – 16.928





JOSE GERALDO DA SILVA
FAZLINDA FLOR S/N - AREA RURAL
ITABAIANA / PB CEP 58380000 (AG-113)



Emissão 30/11/2017 Referência Nov/2017
Classificação: RURAL / AGROPECUARIA RURAL MONOFASICO
Roteiro 16 - 113 - 433 - 4500 Nº medidor: 00000967722

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc Est 16.015.823-0
Nota Fiscal / Cota de Energia Elétrica Nº 001.428.187
Cód. para Dth Automático: 00013491022

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2017	30/11/2017	29/12/2017	79773540472

UC (Unidade Consumidora): 5/1349102-2

Canal de contato

CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL -
CADASTRO BIOMETRICO
A JUSTIÇA ELEITORAL CONVOCA OS ELEITORES QUE NÃO
NÃO FIZERAM O CADASTRAMENTO BIOMETRICO PARA QUE
PROCUREM O CARTORIO ELEITORAL OU POSTO DE ATENDI-
MENTO MAIS PROXIMO DA SUA RESIDENCIA ATÉ 30/11/2017
PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, COMPROMISSO
TE DE RESID. DOS ÚLTIMOS 3 MESES E TITULO ELEITORAL.
SE HOUVER EM CASO DE DÚVIDAS, CONSULTAR O SITE
WWW.TRE-PB.JUS.BR OU LIGAR PARA O FONE 3512-1361.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
31/10/17	14120	30/11/17	14286	1	168	30

Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/	Valor Base Calc	Alíq	Valor Base Calc
				Alíq	ICMS(R\$)	Base Calc
					ICMS(R\$)	ICMS
					Base Calc	ICMS(R\$)
					ICMS(R\$)	ICMS
0601	Consumo em kWh	168,000	0,512530	86,10	86,10	25
0601	Adic B Vermelha			12,43	12,43	25
0610	Subsídio			36,80	36,80	25

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0607	CONTRIB ILUM PUBLICA			2,72	0,00	0
0608	Devolução Subsídio			-24,93	0,00	0

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 113,22 135,43 33,85 135,43 1,80 8,29

Média últimos meses (kWh) 175
VENCIMENTO 07/12/2017
TOTAL A PAGAR R\$ 113,22

Histórico de Consumo (kWh)

171	162	167	173	189	188	189	197	157	172	175	189
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16

5817.6414.81de.0180.e138.402e.2aba.5ad4.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,94	0,00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	23,89		
DIC ANUAL	47,78		
DIC MENSAL	7,92	0,00	CONTRATADA
DIC TRIMESTRAL	15,84		LIMITE INFERIOR
DIC ANUAL	31,28		LIMITE SUPERIOR
DMC	8,58	0,00	
DICRI	16,80		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	23,13	20,43
Compra de Energia	33,47	29,58
Serviço de Transmissão	3,55	3,14
Encargos Setoriais	8,41	7,43
Impostos Diretos e Encargos	48,88	43,21
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	113,22	100,00

Valor do EUSD (Ref. 1/2017) R\$ 28,20

ATENÇÃO

Subvenção DEC 7 981/13 R\$ 24,83

Faturas em atraso

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOVO: GEANGILO RAFAEL VIANA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: 3164909 SSP PB

CPF: 069.427.404-62 DATA NASCIMENTO: 07/11/1986

FILIAÇÃO: JOSE GERALDO DA SILVA
JOSEFA ANGELA DE ARAUJO VIANA DA SILVA

PERMISSÃO: ACC CATEGORIA: A

Nº REGISTRO: 04047617555 VALIDADE: 15/09/2021 1ª HABILITAÇÃO: 02/03/2007

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: *Geangilo Rafael Viana*

LOCAL: JOÃO PESSOA, PB DATA EMISSÃO: 16/09/2016

ASSINATURA DO EMISSOR: *[Assinatura]* 85665414986 PB033246670

DETRAN - PB (PARAIBA)

(83) 9.8123-5336

(85) 9.8820-0217



Assinado eletronicamente por: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA - 26/12/2017 12:45:59

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17122612453000600000011700691

Número do documento: 17122612453000600000011700691

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 013221423976
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA CDB-REN-PAV 20170300008004-4 RCI-0
1 0109865117-8 00/00000000 2017

NOME
GEANGELO RAFAEL VIANA

CPE / CNPJ
06942740462

PLACA
OFT4267/PB

PLACA ANT-UF
PB 9C2KD0810GR478345

ESPECIE TIPO

COMBUSTIVEL

MARCA / MODELO

HONDA/NXR160 EROS ESDD

ANO FAB.

ANO MOD.

2016

2015

CAP / POT / CIL

CATEGORIA

COR PREDOMINANTE

2 P/162 /CI

PARTIC

PRETA

COTA ÚNICA

VENC. COTA ÚNICA

VENC. COTAS

00/00/0000

FAIXA I.P.V.A.

PARCELAMENTO / COTAS

1º

2º

3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

DOCUMENTO DE FORTÉ OBRIGATÓRIO
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

ITABAIANA - PB

DATA

20/07/2017

41581

16055

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOA
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013221423976 BILHETE DE SEGURO DPVAT

GEANGELO RAFAEL VIANA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

06942740462 www.seguradoralider.com.br 0114267/PB
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA GEANGELO RAFAEL VIANA

PLACA

RENAVAM

MARCA / MODELO

ANO FAB.

CAT. TARIF.

Nº CHASSI

1

06942740462

OFT4267/PB

01098651178 PRÊMIO TARIFÁRIO EROS ESDD

FNS (R\$)

DENATRAM (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

2016

9

9C2KD0810GR478345

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO

COTA ÚNICA

PAGAMENTO

PARCELADO

DATA DE COTAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

16055-0937158-20170720



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2017
Ocorrência nº 68/2017

Aos 30/01/2017 dias de JANEIRO de DOIS MIL E DEZESSETE, nesta cidade de Itabaiana/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do **Dr. EDUARDO DE ALMEIDA LIMA PORTELA**, Delegado (a) de Polícia Civil, comigo, Escrivão de Polícia Civil, ao final assinado, por volta 14h10min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

GEANGELO RAFAEL VIANA, brasileiro, portador da Identidade nº 3164909 SSP/PB, CNH 04047617555, operador de costura, nascido em 07/11/1986, com 30 anos de idade, natural de Mogeiro/PB, filho de José Geraldo da Silva e Josefa Ângela de Araujo Viana da Silva, residente e domiciliado no Sítio Linda Flor, Mogeiro/PB, Telefone(83) 998248503.

A quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu a esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) **Natureza do fato:** Acidente de trânsito;
- 2) **Data do fato:** 24/01/2017;
- 3) **Horário do fato:** 00h:10min ;
- 4) **Local do fato:** Estrada (PB 054) que liga a cidade de Mogeiro a Itabaiana/PB.

5) Breve resumo do fato:

Que o noticiante vinha conduzindo sua motocicleta HONDA NXR 160 BROS ESD, placa QFT4267/PB, voltando do trabalho para sua residência, quando chocou-se contra um animal (garrote) na estrada. QUE, em decorrência do acidente o declarante fraturou o dedão esquerdo do pé. QUE, não houve levantamento do acidente por parte do CPTRAN, devido o declarante não perceber a fratura logo após o sinistro. Nada mais disse, motivo pelo qual faz a presente notificação.

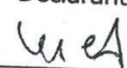
7) Testemunha:

Junior e Shirley.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo (a) noticiante, e por mim, escrivão (o) que digitei.


GEANGELO RAFAEL VIANA
Declarante


ERIVELTO VICENTE DA SILVA
Policial Civil
Matrícula: 181896-1





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATESTADO MÉDICO

ATESTO que Georgio Rafael
Wanna
foi atendido (às) hoje, às 15 (Trinta)
horas, necessitando de 30 (Trinta)
dias de afastamento do trabalho, à partir desta data.

DIAGNÓSTICO CID 592

Campina Grande, 24 / 10 / 18

Dr. João Paulo Oliveira Nunes
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PB 9551

Assinatura do Médico - CRM N°

End.: AV. Floriano Peixoto, 4700 - CEP 58432-809 - Malvinas - Campina Grande - PB

MOD. 004





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170154432 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA GEANGELO RAFAEL VIANA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A #624

BENEFICIÁRIO GEANGELO RAFAEL VIANA

CPF/CNPJ: 06942740462

Posição em 26-12-2017 11:44:05

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
19/09/2017	Negativa por ausência de comprovação documental	
23/03/2017	Aviso de Sinistro	
23/03/2017	Exigência Documental	

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



:seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

1/2





COMUNICAÇÃO DE DECISÃO

NIT: 12831856444

Número do Benefício: 6174609808

Espécie: 91

Número do Requerimento: 178721322

Ao Sr.(a): GEANGELO RAFAEL VIANA

Endereço: LINDA FLOR SN

UF: PB

CEP: 58360000

Município: ITABAIANA

Assunto: Pedido de Auxílio - Doença

Decisão: Deferimento do Pedido

Motivo: Constatação de incapacidade laborativa

Fundamentação Legal: Art.59 da Lei Nº8.213, de 24/07/1991; Artigos 71, 77 e 78 do Decreto Nº3.048, de 06/05/1999; Portaria Ministerial 359 de 31/08/2006, artigo 207, da IN 20 INSS/PRES. de 10/10/2007.

Em atenção ao seu pedido de Auxílio-Doença, apresentado no dia 08/02/2017, informamos que foi reconhecido o direito ao benefício, tendo em vista que foi constatada incapacidade para o trabalho. O benefício foi concedido até 10/03/2017.

Se nos 15(quinze) dias finais até a Data da Cessação do benefício (10/03/2017), V.Sa. ainda se considerar incapacitado para o trabalho, poderá requerer novo exame médico-pericial, mediante formalização do Pedido de Prorrogação. A partir de 10/03/2017 (data da cessação do benefício) e pelo prazo de 30 (trinta) dias, V. Sa. poderá interpor Recurso à Junta de Recursos da Previdência Social.

O requerimento do Pedido de Prorrogação poderá ser feito ligando para o número 135 da Central de Atendimento do INSS; ou pela Internet no endereço www.previdencia.gov.br ou uma Agência da Previdência Social - APS.

Informamos, ainda, que foi reconhecido o nexa entre o agravo e a profissioografia, conforme parágrafo 2º do artigo 20 da Lei 8.213, de 24/07/1991. O benefício foi concedido em espécie acidentária. Eventuais discordâncias poderão motivar Recurso por parte do empregador à Junta de Recursos da Previdência Social.

A Previdência Social informa que o(a) segurado(a) em Auxílio Doença que retornar voluntariamente à mesma atividade, poderá ter seu Auxílio cancelado a partir da data do retorno, de acordo com os §§ 6º e 7º do art. 60 da Lei nº 8213/91, com redação dada pela Lei nº 13135/15.

Data: 24 de fevereiro de 2017

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Agência da Previdência Social: CAMPINA GRANDE CATOLE Endereço: RUA VIGARIO CALIXTO, 418, CATOLE UF: PB
CEP: 58410340 Município: CAMPINA GRANDE

Termo de Responsabilidade: Responsabilizo-me, sob as penas do Artigo 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.
Ciente, em 24 de fevereiro de 2017

Assinatura do Requerente / Representante Legal





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Itabaiana

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0802120-20.2017.8.15.0381

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita, visto que preenchidos nos autos os requisitos formais exigidos pelo art. 98 do NCPC.

Em que pese a matéria discutida nos presentes autos admitir a autocomposição, verifica-se que a parte promovida, em demandas dessa natureza, só propõe eventual acordo após a realização de perícia judicial, de modo que se afigura desnecessária, desaconselhável e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional a designação de audiência inicial de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, por sua vez, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar de eventual audiência de instrução (art. 359, NCPC), motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a *ratio* conciliadora da novel codificação (art. 3, §3, c/c art. 159, V, do NCPC).

Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias.

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344).

INTIMEM-SE E CUMPRA-SE.

ITABAIANA, 25 de janeiro de 2018.

MICHEL RODRIGUES DE AMORIM
Juiz de Direito



CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço a juntada do documento em anexo (AR - Aviso de recebimento), Carta devolvida (Mudou-se).

Itabaiana-PB, 07 de maio de 2019.

Renato Mendes da Silva
Técnico Judiciário





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAÍBA

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Av. Treze de Maio, 74, 2º andar, Condomínio Edifício Darke, Centro - Rio de Janeiro - RJ,
CEP: 20.031-902



Responsável: Renato Mendes da Silva

por: Renato Mendes da Silva

informação dada

Outros: ☐

Correios

Mudou-se ☒

Recusado ☐

Desconhecido ☐

End. Insuficiente ☐

Ne inexistente ☐

Ausente 1a ☐

2a ☐

3a ☐

CEE CENTRO-RJ



PG 36349402 2 BR



PG363494022BR

GRUPO DE PRÉ-
TRIAGEM

DISTRITO

A 309

ORDEM: 30

OPE: 83246509 ESTAÇÃO: 327

2021297322021047

Recebido por: _____

Documento: _____

Recebo de entrega de material
Data: 07/05/2019
Telefone: 011 3100-1000

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, centro,
Rio de Janeiro, CEP: 20031-205

Processo: 0802120-20.2017.8.15.0381 - CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATON

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

PG 36349402 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

18 FEV 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



Em anexo



CAMPINA & ADVOGADOS ASSOCIADOS
EMMANUEL SARAIVA FERREIRA
KELLY MARIA M. NASCIMENTO
WAMBERTO BALBINO SALES

Rua Floriano Peixoto 4519
Malvinas- Campina Grande-PB
Tel (84) 9.9991-1313

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE ITABAIANA-PB.**

Processo nº 0802120-20.2017.8.15.0381

AUTOR: GEANGÊLO RAFAEL VIANA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DOUTO JULGADOR,

GEANGÊLO RAFAEL VIANA, devidamente qualificada nos autos do cumprimento de sentença, número em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem respeitosamente perante V. Exa., expor e ao final requerer o seguinte:

Observa-se que o cartório deste Juízo, certificou que a requerida não fora citada, tomando como base documentos exaurido pelos Correios e Telégrafos., ver ID 20981203.

A citação da requerida poderá ser realizada sem qualquer problema visto que, a parte demandada, é por demais conhecida em todas as jurisdições de nosso país.

Fornece neste ato novo endereço onde a requerida poderá perfeitamente ser citada:

Inicialmente que seja determinado ao cartório desde Juízo, que a citação da requerida seja realizada através do meio eletrônico através do



Seguradora Líder Consórcio do Seguro DPVAT S/A,

Através do CNPJ nº 09.248.608/0001-40;

Caso não seja exitoso a citação seja realizada via AR, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal, na Rua da Assembleia nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20011-904.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Itabaiana-PB, em 17 de março de 2020.

Emmanuel Saraiva Ferreira
OAB/PB 16.928

Wamberto Balbino Sales
- OAB/PB 6846-

Observa-se que no dia **25/07/2019**, ver ID nº **23005680**, sendo que, o despacho foi proferido nos seguintes termos:

“ DESPACHO

Vistos, etc.

Em que pese a matéria discutida nos presentes autos admitir a autocomposição, verifica-se que a parte promovida, em demandas dessa natureza, só propõe eventual acordo após a realização de perícia judicial, de modo que se afigura desnecessária, desaconselhável e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional a designação de audiência inicial de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, por sua vez, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar de eventual audiência de instrução (art. 359, NCPC), motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a ratio conciliadora da novel codificação (art. 3, §3, c/c art. 159, V, do NCPC).



01 – Fica a perícia postergada até que se tenha um número significativo para mutirão realizado por este juízo;

02 – Com o número significativo, inclua o referido na pauta do mutirão, independente de novo despacho;

03 – Com a inclusão, intime-se as partes;

04 – Com a manifestação acerca do referido laudo médico, venham-me os autos conclusos para fins de direito.”

O fato é que o Convenio firmando entre o TJPB e Seguradora Lider, é claro quanto determina que o Magistrado, tratando de DPVAT, poderá nomear peritos de sua confiança para realizar a prova pericial.

Na cidade de Itabaiana-PB, tem ortopedistas que podem perfeitamente realizada a prova pericial, determinada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009.

-DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, requer a V. Exa., que seja determinada a realização da prova pericial, sendo ainda, nomeado medico de confiança do Douto Juízo, como determina o Convenio Institucional, firmado entre o TJPB e a Seguradora Lider, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Campina Grande-PB, em 12 de março de 2020.

Emmanuel Saraiva Ferreira

-OAB/PB 16.928-

Wamberto Balbino Sales

-OAB/PB 6846-





Poder Judiciário da Paraíba

1ª Vara Mista de Itabaiana

Rodovia PB 054 - Km 18, Alto Alegre, ITABAIANA - PB - CEP: 58360-000

Número do Processo: 0802120-20.2017.8.15.0381

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito]

Polo ativo: AUTOR: GEANGELO RAFAEL VIANA

Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que a parte promovida atualmente se encontra cadastrada no PJE para o recebimento de citações/intimações pelo sistema, razão pela qual promovo sua citação através do sistema.

ITABAIANA, 28 de abril de 2020.

Raphael Alves Leite
Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: Raphael Alves Leite - 28/04/2020 08:18:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042808184772900000029023023>

Número do documento: 20042808184772900000029023023